

# DA MAGIA A SEDUÇÃO: a importância das atividades educativas não-formais realizadas em Museus de Arte

**Aglay Sanches Fronza-Martins**

Mestranda em Educação pela Unicamp

Especialista em Museologia pela USP

Professora da Faculdade Comunitária de Campinas - Unidade 3 e da

Faculdade Comunitária de Santa Bárbara

e-mail: profa\_aglay@yahoo.com.br

## ■ Resumo

A questão da educação em museus possui um importante foco de interesse na atualidade, tanto no que diz respeito ao seu papel social, quanto no que se refere às práticas realizadas nesse espaço e suas possíveis reflexões. Percebe-se o interesse não apenas na organização e preservação de acervos, mas também na ênfase da compreensão, desenvolvimento e promoção da divulgação, bem como na formação de público como forma de disseminar conhecimentos por meio de uma ação educativa. Ação Educativa realizada dentro do novo processo educativo não-formal que ressalva o envolvimento das pessoas no e pelo processo ensino-aprendizagem enquanto uma relação prazerosa com o aprender.

**Palavras-chave:** Educação não-formal, Ação educativa, museus.

## ■ Abstract

The Education theme in museums has an important

focus nowadays, not only for its social role, but also for the practices carried through in this space and their reflections possibilities. The interest about the organization and preservation of the quantities of museums is also perceived in the emphasis in comprehension, development and promotion of the spreading, as well as in the public formation like a way of spreading knowledge through means of an educative action. Educative action carried through in a new no-formal educative process which stands out the people's involvement in the and by the process of teaching-learning while a pleasant relationship with learning.

**Key- words:** No-formal Education, Educative-Action, museums.

A questão da educação atualmente é um dos enfoques dados pelos museus que possui grande relevância, enfatizando tanto as práticas por ele realizadas, quanto as reflexões decorrentes de tal enfoque.

No final da década de 1960, persistia o interesse pelo público, mas com uma pequena modificação na maneira de atendê-lo. Cresce, nessa época, a

preocupação em se criar exposições mais atraentes que fossem mais estimulantes para os frequentadores. Percebe-se, a partir dessa fase, um maior crescimento no número de museus e um certo prestígio e valorização da educação nos museus, vista enquanto ‘signo de modernidade’.

Segundo Argan (1993), a multiplicação dos museus resultou na recusa de considerá-los como um local de simples armazenamento de obras de arte, passando a serem vistos como:

*“...organismos científicos e didáticos, dotados de equipamentos especiais para o reconhecimento, a análise, a classificação, a conservação e a apresentação crítica de produtos artísticos manufaturados de qualquer gênero. Museus adequados são destinados à arte contemporânea, concebidos como instrumentos de pesquisa e de informação, sem limites de região ou nação”. (Ibdem: 23)*

A educação possui, a partir dessa nova visão, local de destaque enquanto uma das funções centrais do museu.

Se precedermos a uma analogia entre a educação não –formal, e aquela realizada nos museus (conseqüentemente a atividade educativa, quando existente), pressupõem-se que:

*“... a transmissão do conhecimento acontece de forma não obrigatória e sem a existência de mecanismos de repressão em caso de não-aprendizado, pois as pessoas estão envolvidas no e pelo processo ensino-aprendizagem e têm uma relação prazerosa com o aprender”. (VON SIMSON , PARK, FERNANDES, 2001: 10)*

O museu enquanto espaço de educação não-formal (Cabral, 2002) se constitui numa instituição educacional autônoma, que tem como objeto de trabalho o bem cultural.

*“A educação que se desenvolve no museu é o que se chama de ‘educação patrimonial’, ou seja, um ‘processo permanente e sistemático’ de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural (tangível ou intangível) como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. (Ibdem: 2).*

## ■ Educação Não- Formal

O termo Educação Não- Formal não pressupõe a inexistência da formalidade ou que seu espaço não seja educacional, como reiteram von Simson, Park, Fernandes (2000: 9), na seguinte passagem:”A educação não-formal caracteriza-se por ser uma maneira diferenciada de trabalhar com a educação, paralelamente a escola”, sendo uma de suas particularidades a busca pelo prazer da descoberta e do desafio na construção do conhecimento.

Devido a sua especificidade, faz-se importante salientar a definição conferida por Afonso (1992: 86) no que diz respeito à educação:

*“(...) por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, construindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas porém das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.”*

A educação não-formal, observada no âmbito dos museus, possui como um eixo de atuação as atividades realizadas nestes sob a denominação de ação educativa.

Se precedermos a uma analogia entre a educação não –formal, e aquelas realizadas sob o codinome de atividade educativa, pressupor-se-á que:

*“... a transmissão do conhecimento acontece de forma não obrigatória e sem a existência de mecanismos de repressão em caso de não-aprendizado, pois as pessoas estão envolvidas no e pelo processo ensino-aprendizagem e têm uma relação prazerosa com o aprender”. (VON SIMSON , PARK, FERNANDES, 2001: 10)*

Um dos exemplos de campos alcançados por essa ação educativa seria aquela realizada nos museus,,

contudo, vale ressaltar que a inexistência de formalidade, conforme Barreto (1993), não significa classificar o museu e a atividade nele realizada como sendo meramente recreativa, mas ao contrário deve-se considerá-la essencialmente educativa. O museu possui, então, o desafio, segundo a mesma autora, de transformar os resultados da pesquisa em algo ameno e acessível ao público, sem empobrecer a linguagem científica.

Desse modo, no contexto dos museus, a ação educativa pode apresentar-se como facilitadora e provedora de um processo prazeroso de ensino-aprendizagem, inserido dentro de uma ação cultural mais ampla. O termo Ação Educativa refere-se, segundo Teixeira (1997), às ações de ensino e aprendizagem, que são centradas na interação entre os visitantes e os objetos que se articulam em uma exposição, mediados por ações educacionais. Já o termo Ação Cultural, no contexto dos museus, aparece como um conjunto de procedimentos, que envolvem recursos humanos e materiais, visando pôr em prática os objetivos de uma política cultural mais abrangente, não necessariamente vinculados com o acervo ou exposições que o museu apresenta. São exemplos desta ação o funcionamento de bibliotecas, projeções de vídeo ou filmes, ateliês, concertos musicais que ampliam e diversificam as possibilidades de atuação e aproximação com seus públicos. (op cit.)

Assim, de acordo com Cabral (2002: 3):

*“... a educação [subentendida como ação educativa] realizada em museus deverá operar promovendo atividades baseadas em metodologias próprias que permitam a formação de um sujeito histórico-social que analisa criticamente, recria e constrói a partir de um referencial que se situa nos seus objetos tangíveis ou intangíveis”.*

Tais atividades deverão considerar o museu como “espaço ideal” - embora não único - de articulação do afetivo, do emotivo, do sensorial e do cognitivo, do abstrato e do conhecimento inteligível, da produção do conhecimento.

Partindo do pressuposto da necessidade da ação educativa decorrer do fato de que tais:

*“... atividades de educação não- formal precisam ser vivenciadas com prazer em local agradável, que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiências, de*

*formação de grupos (de proximidade, de brincadeiras e de jogos, no caso das crianças e jovens), de contato e mistura de diferentes de idades e gerações”.* (VON SIMSON, PARK, FERNANDES, 2001: 10)

A partir de tais considerações, a pesquisa maior da qual foi realizado o recorte para a elaboração deste artigo, visou identificar, descrever e analisar as atividades educativas, de caráter não-formal, contemporâneas existentes nos museus.

### ■ O relevante papel educativo no espaço educativo não-formal museológico

No museu contemporâneo percebe-se a realização de diversas atividades como cursos, ateliês, seminários, monitoria, entre outros bem como atividades de pesquisa tanto teórica quanto prática. Para a realização de várias atividades educativas utilizam-se diversos suportes educacionais, que vão desde recursos humanos até materiais mediadores, visando uma maior interação entre os visitantes e a mensagem da exposição museológica ora em exibição.

Vale ressaltar, que a Ação Educativa está presente dentro de um espectro mais amplo conhecido como Ação Cultural, uma vez que os museus da atualidade realizam diversas outras ações, como ateliês, cursos de formação, projeções de vídeos, bibliotecas, concertos musicais, entre outros, todos contendo conteúdos educativos não- formais.

A multidisciplinaridade é uma característica cada vez mais utilizada, no que tange as atividades (ações) educativas, uma vez que por meio delas há uma abrangência mais ampla tanto de conteúdos quanto de público. Nota-se então uma modificação da percepção do espaço museológico inicial, o qual era envolto por uma névoa sobrenatural e mágica, para uma busca, na atualidade, pelo seu caráter envolvente e sedutor, que surgiria enquanto um facilitador de tal atividade educativa.

A ênfase no caráter educativo similar àquele da educação não- formal aparece também na definição de museu, de acordo com os estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), enquanto uma instituição “aberta ao público... com o propósito de estudo, educação e deleite” sendo condizente com a definição de educação não- formal de von Simson *et al* (2001) no que diz respeito ao processo de ensino-

aprendizagem como sendo “*uma relação prazerosa com o aprender*”.

Alguns pontos, no que tange a Ação Educativa nos museus são interessantes, como a realização de atividades prévias que em alguns museus são aquelas realizadas necessariamente antes da visita. Um exemplo seria a capacitação de professores e responsáveis por grupos, bem como o fornecimento de materiais de apoio para o trabalho com grupo.

A existência de cursos de capacitação para professores e/ou educadores, por propiciar o contato prévio com os recursos oferecidos pelos museus (exposições, materiais didáticos, vídeos, catálogos e estratégias didáticas) resultam em um melhor aproveitamento por parte do grupo.

Bem como é relevante a utilização de material de apoio. Por material de apoio pode-se considerar aqueles entregues aos professores e/ou educadores que participam de cursos de capacitação; *folders*; materiais didáticos entregues aos professores para trabalhar em sala de aula (como *kits*, pranchas de imagens e transparências); vídeos, entre outros.

O trabalho de monitoria, atualmente, de acordo com Coutinho (2002), é fundamentado no diálogo. Através do diálogo é possível instigar as pessoas a participar do exercício de reflexão e criação de sentidos pertinentes a uma leitura de obras de arte. A obra de arte é o ponto de partida e referência, o monitor o mediador, o espectador é parte integrante do processo, todos são elementos coadjuvantes na experiência.

No Brasil, de acordo com Francoio (2000), o trabalho do arte-educador em museus inicia-se na década de 1950 no Rio de Janeiro. Contudo, somente no início dos anos 80, do século passado foi que o papel da educação tomou vulto dentro do museu, enfatizando o surgimento de uma nova tendência pedagógica histórico-crítica, onde os saberes socialmente acumulados (museu) são colocados frente às experiências dos visitantes. Cujo objetivo principal, ainda segundo a autora, é o de por meio dos serviços educativos realizados no âmbito dos museus, instruir o educando de “forma significativa”, levando em conta os “aspectos sociais e cognitivos envolvidos nesse processo, facilitando-lhe o acesso aos dados da cultura”.

A relação com o público possui um vínculo histórico importante com a ação educativa. As coleções, nos séculos XV e XVI, exprimiam o *status* e poder daquele que as possuía. A relação mantida entre os

proprietários de coleções de objetos de arte e objetos científicos, nessa época, além de imprimir poder e prestígio também mantinha e privilegiava a transmissão de tais conhecimentos somente àqueles que pertenciam a determinado grupo social. Restringindo-se tal acesso e conhecimento a um público restrito.

Posteriormente, houve uma grande busca pelos objetos “guardados” no museu, nos museus de arte o funcionamento restringia-se quase totalmente aos artistas (público especial) somente sendo aberto aos domingos para o grande público, e os museus de ciências podiam ser acessados por pesquisadores, sendo as coleções então usadas como suporte de estudos, iniciando um outro enfoque de interesse dos museus contemporâneos, o estudo e a difusão do conhecimento.

Foi por meio do interesse de determinado grupo populacional, no caso do *Musée du Louvre*, com o advento da burguesia, que tal grupo interessado em “educar” o povo, passando os museus a serem vistos, conforme descrito anteriormente, como instituição provedora da educação das massas.

Mortara *et al* (2003) enfatizam a questão de a tendência a se homogeneizar um público heterogêneo ser errônea e estar relacionada ao tratamento dispensado pelos meios de comunicação de massa. As autoras ressaltam a importância de se utilizar o termo no plural “públicos” e só tratar no singular quando representar um grupo com comportamentos e idéias semelhantes. Outra possibilidade é agregar ao termo “público” uma segunda palavra especificadora, como público escolar, público especial (enquanto grupos organizados) e público familiar (público autônomo ou espontâneo), além daqueles que vêm por conta própria. Ainda sobre público poder-se-á categoriza-los em três tipos:

- Público visitante - pessoas que efetivamente frequentam o museu;
- Público potencial - pessoas as quais se pretendem atingir pela ação do museu;

Público alvo - seleção dentro do público potencial a qual se pretende atingir por meio de uma ação ou atividade específica.

## ■ Considerações finais

A ênfase dada aos bens culturais e acesso a “fontes da cultura” valoriza a cultura sócio-historicamente acumulada e, conseqüentemente, os espaços em que elas se encontram, ênfase dada por esse artigo aos museus,

enquanto espaços privilegiados de educação e cultura. Porém, a garantia<sup>1</sup> do acesso a esses bens culturais, faz-se de grande importância enquanto forma de adquirir novos conhecimentos, antes restritos a uma pequena parcela da sociedade.

Conforme já descrito, os museus são, segundo o ICOM: “uma instituição permanente sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público”.

A questão do público e a busca pelo aumento de seu acesso aos museus são atualmente um dos focos de grande relevância nos museus. A política estabelecida nos museus, cultural e educacional visa, por meio da definição dos públicos que pretende atingir o estabelecimento de atividades essenciais ao museu, como a inserção de ações educativas. A educação torna-se, então, uma das funções centrais dos museus.

O *Museums and Galleries Commission*, no que tange ao papel educativo dos museus valoriza a existência de políticas e do planejamento como sendo essenciais ao trabalho educativo. Enfatizam também a importância dos museus possuírem uma política<sup>2</sup> educacional escrita que faria parte de um plano diretor do próprio museu.

A educação não-formal apresenta-se, desse modo, como *locus* privilegiado àquelas atividades educativas existentes nos museus. Vale ressaltar, então, que este artigo visa desmistificar a percepção inicial do espaço museológico envolto por uma névoa sobrenatural e mágica, para a visualização atual de seu caráter envolvente e sedutor, que surge, dentro do novo conceito de educativo não-formal, enquanto um facilitador e estimulador do contato prazeroso com novos conhecimentos.

### ■ Referências Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática. In: ESTEVES, Antonio Joaquim; STOER, Stephen (orgs.) A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Ed. Afrontamento, 1992.

ALMEIDA, Adriana Mortara. “Museus e Coleções Universitárias: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?” Escola de Comunicações e Artes: USP, 2001.

BARRETO, Margarita Nilda. Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus de Campinas. UNICAMP (dissertação de mestrado), 1993.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação. São Paulo : Max Limonard, 1988.

\_\_\_\_\_. A imagem no ensino da arte. São Paulo, SP, Brasil; [Porto Alegre] : Editora Perspectiva: Fundação IOCHPE, 1991.

BECHARA, Adriano f. Museus: passado e presente. CEVEH <<http://www.ceveh.com.br>> 10 de maio de 2003.

CABRAL, Magaly. Educação em Museus como produto: Quem está comprando? (CONFERÊNCIA DE NAIROBI, 2002) Boletim CECA-Brasil, nº 1, 2002.

COUTINHO, Rejane; BARBOSA, Ana Amália; FAN, Sofia. Arteducação Produções: um programa de mediação entre a arte e público. (ANPAP. CD-ROM)

FRONZA-MARTINS, A. S. Ação Educativa em Museus: da fruição à educação não- formal. Campinas: UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação & Arte: estudo sobre as ações educativas realizadas no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo(MAC/USP). São Paulo: USP, 2005.

HEIN, George. Learning in the museum. London: Routledge, 1998.

GRINSPUN, Denise. Política Educacional. Projeto museu. Site: <<http://ibere.ag2.com.Br/content/museu>>

Museums and Galleries Commission. Educação em museus, trad. Maria Luiza Pacheco Fernandes - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001 (série Museologia 3)

PARK, Margareth. Educação Não-Formal: contextos, percursos e sujeitos ed. Campinas, Holambra : UNICAMP/CMU, Ed. Setembro, 2005

TEIXEIRA COELHO. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo, FAPESP/Iluminuras, 1997.

VON SIMSON, Olga R. M. Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: reflexões de pesquisa. In: Anais do Seminário: Pedagogia da Imagem e Imagem na Pedagogia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1996.

VON SIMSON, Olga R. M.; PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S. (orgs) Educação não-formal: cenários da criação. Campinas: Editora da UNICAMP/ Centro de memória, 2001.

**Site:** [www.icom.org.br/](http://www.icom.org.br/) acessado em 20/04/2006.

### ■ Notas

<sup>1</sup> Na Constituição Brasileira de 1988, no artigo 259 tem-se: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de suas manifestações”

<sup>2</sup> O *Museums and Galleries Comission* discrimina o termo “política” como sendo “uma declaração de princípios endossada pelo conselho do museu, que orienta o desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado”.